

A ONU NO CONTINENTE AFRICANO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS HUMANITÁRIOS NO SUDÃO DO SUL

Leonardo de Andrade Alves¹
Orlando Mattos Sparta de Souza ²

RESUMO

A ONU é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional, proporcionando também assistência humanitária aos países que sofrem consequências econômicas, sociais e políticas de um conflito interno ou uma guerra civil. O Sudão do Sul é o país independente mais recente do mundo e logrou seu objetivo político em 2011. No entanto, pelos antecedentes da região, o país tem sérios problemas que dificultam o seu desenvolvimento, de natureza militar, econômica, psicossocial e política, os quais têm origem que antecede a sua independência e que persistem até os dias atuais. A Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) tem apoiado as ações de assistência humanitária naquele complexo país, por possuir recursos naturais e minerais incalculáveis, bem como grande número de refugiados e deslocados internamente. Destarte, o presente trabalho aprecia o complexo papel da ONU no Sudão do Sul, considerando as fricções enfrentadas pela UNMISS e as particularidades daquele país. Este artigo justifica-se por apresentar um estudo de caso atualizado a respeito da atuação de um organismo internacional em um país que está próximo de uma catástrofe humanitária e que possui uma das maiores reservas energéticas na África.

Palavras-chaves: ONU, Assistência Humanitária, Sudão do Sul

¹ Mestrando e oficial aluno na Escola de Comando e Estado - Maior (ECEME), Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

leo.deandrade00@gmail.com

² Doutorando e oficial aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. osparta@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A ONU é uma organização internacional fundada em 1945, após a 2ª Guerra Mundial, e é atualmente composta por 193 (cento e noventa e três) Estados Membros. A missão e o trabalho da ONU são guiados pelos propósitos e princípios contidos na sua carta de fundação, como conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário; e dar assistência a todas as Nações que assim solicitar (UN, 1945).

Segundo Cruz (2010), na década de 1990, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o fim da Guerra Fria, após uma quase hegemonia dos Estados Unidos da América, surgiu um ambiente multipolar, indefinido e instável, identificado por uma reconstituição de forças e pelo surgimento de diversos conflitos étnicos, religiosos, políticos e tribais, o que resultou em nova conformação da ordem mundial.

Os países africanos, também se enquadraram nessa nova sistemática mundial, não se consolidando e muitas vezes tendo pouca realidade empírica para compartilhar o estágio político, militar, territorial e econômico com uma grande variedade de movimentos de insurgência e outros atores subsetoriais. Considerando que os Estados Unidos e a China são grandes parceiros comerciais de países africanos, a África surge como catalisador de interesses entre as potências mundiais (BUZAN; WAEVER, 2003).

A África é importante, ainda, para ajudar a China a equilibrar suas relações com os Estados Unidos e outras potências ocidentais. Mas as saudáveis relações sino-africanas também fornecem à China uma plataforma para a criação e polimento de suas relações no espectro da cooperação “Sul-Sul” (WENPING, 2007, p. 27), o que lhe garante um aumento da sua área de influência naquele continente.

O peso da China na África é definitivo, sendo cada vez mais importante para o desenvolvimento chinês. A base da operação chinesa na África não sofreu a descontinuidade como a base dos norte-americanos e nem foi contaminada pelo tema do terrorismo como uma ameaça. Ao contrário, os chineses aproveitaram a brecha aberta pela relativa retirada norte-americana da África no contexto pós-Guerra Fria (SARAIVA, 2015). Ademais do interesse das duas potências, o

Brasil também tem ampliado a sua diplomacia no continente.

Abdenur (2015) afirma que a rede brasileira de embaixadas e representações diplomáticas na África expandiu-se rapidamente na última década. Em um total de trinta e sete, tendo o Brasil mais missões no continente do que o Reino Unido. Além de buscar novas oportunidades econômicas, o governo procurou aprofundar sua cooperação internacional para o desenvolvimento como forma de forjar uma política externa mais autônoma, especialmente em relação aos Estados Unidos e à Europa Ocidental.

Apesar do aparente decréscimo dos Estados Unidos no continente africano, Freitas (2013) afirma que a China e os Estados Unidos são os principais parceiros econômicos na exportação do petróleo sulista e, desse modo, poderiam atuar no conflito do Sudão do Sul com uma intervenção cooperativa, ou seja, na promoção de acordos que beneficiassem os interesses de ambas as partes, oferecendo-lhes mecanismos pacíficos de resolução de conflitos.

Neste contexto, o Sudão do Sul apresenta-se como um país em potencial que atrai a atenção das duas maiores potências mundiais, visto que possui jazidas abundantes em minério de ferro, cobre, cromo, zinco, volfrâmio, malacacheta, urânio, bauxita, ouro, prata e diamantes, que aliadas ao seu potencial petrolífero, justifica a importância geopolítica e estratégica do país. “[...]O Sudão do Sul é um dos raros lugares no mundo onde há grandes reservas de minerais inexploradas³”. Dash (2012) afirma que o Sudão do Sul é o terceiro maior produtor de petróleo da África subsaariana.

A ONU, atualmente, está presente no Sudão e no Sudão do Sul por meio das seguintes missões: Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA) e Operação Híbrida das Nações Unidas/União Africana em Darfur (UNAMID). Conforme Cruz (2016), a UNMISS é uma das quatro missões mais expressivas da atualidade na África⁴.

Contudo, a ONU enfrenta uma série de dificuldades para o cumprimento de seu mandato estipulado para a missão de paz, haja vista às adversidades encontradas no país nas áreas política, econômica,

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/china-e-eua-disputam-posicoes-no-sudao-do-sul.html>. Acesso em: 18 Nov. 2017.

⁴ Cruz, Carlos Alberto Santos Cruz. Entrevista exploratória sobre a participação brasileira nas Operações de Paz na África. Resende, RJ. 16 jun. 2016.

psicossocial e militar.

O presente trabalho se restringe a atuação da ONU no Sudão do Sul, ou seja, apenas a execução do mandato da UNMISS, pois Abyei é um distrito do Sudão – contestado pelo Sudão do Sul –, e Darfur está localizado no Sudão. Apesar da União Africana ser uma organização regional para a produção da paz, segurança, estabilidade e, também, atuar em parceria com a ONU nos processos de paz, ela não será objeto de estudo deste artigo.

Neste sentido, o presente artigo justifica-se pela importância do Sudão do Sul no cenário global e no continente africano, haja vista os interesses das grandes potências e de suas fontes de recursos, bem como a presença brasileira naquela região e a participação da ONU na resolução do conflito interno que impede o desenvolvimento daquele jovem Estado. Além disto, ressalta-se que no pós-Guerra Fria os conflitos intraestatais são os mais comuns e cresceu o emprego de diversas modalidades de operações de paz e o tema tem relevância para o Brasil a medida que há presença brasileira naquela região e o país tem aumentado a sua participação em missões da ONU no continente africano⁵.

Segundo Visentini et al (2016), após a transformação da UNMIS, pós-separação, o Brasil passou a participar da Força Interina das Nações Unidas de Segurança para Abyei (UNISFA), com 4 (quatro) militares, e da UNMISS, com 8 (oito), sendo sete do Exército e um da Força Aérea (AGUILAR, 2015).

Qual é o comportamento da ONU frente ao seu mais novo Estado independente, o Sudão do Sul? E quais os desafios que este novo Estado enfrenta no âmbito regional como parte do interesse de potências estrangeiras, considerando o peso do comércio petrolífero? Para responder as perguntas acima, este artigo analisa o complexo papel da Organização das Nações Unidas na intervenção humanitária no Sudão do Sul, considerando as fricções enfrentadas pela UNMISS e as particularidades daquele país, declarado independente em 2011.

Esta pesquisa é desenvolvida por meio de um estudo de caso, utilizando a missão de paz no Sudão do Sul. Ademais, é realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, em artigos, teses e dissertações, já publicados, visto que permitirão elaborar um plano de trabalho

⁵ Marcelo Valença, Professor de Relações Internacionais da UERJ, durante aula do PPGCM na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

que contenha uma proposta de abordagem exequível da temática, valorizando os conceitos, as ideias principais e os objetivos a serem atingidos, relacionados ao Sudão do Sul e à Organização das Nações Unidas. O objeto de estudo é atuação da UNMISS no Sudão do Sul, segundo as bases do procedimento apresentado por Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt, no livro “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013).

O trabalho está dividido em seções que permitem a exata sequência lógica do estudo para responder o problema em tela, baseado no objetivo geral. A primeira apresenta as características do Sudão do Sul, enfatizando os aspectos mais relevantes nas expressões política, psicossocial, militar e econômica. A segunda destaca o papel da Organização das Nações Unidas, por meio da atuação na UNMISS, como o principal componente de assistência humanitária no país. E a terceira as fricções enfrentadas pela UNMISS na consecução do seu mandato para a manutenção da paz e da segurança naquela nação.

SOBRE O SUDÃO DO SUL NO CONTINENTE AFRICANO

O Sudão do Sul é o mais jovem país do mundo e conquistou a sua independência do Sudão em 1º de julho de 2011, a partir de um referendo. O país, cuja capital é Juba, estende-se por 65 mil quilômetros quadrados e possui fronteiras, com a República Centro Africana⁶, a República Democrática do Congo, a Etiópia, o Quênia, a Uganda e o Sudão, sendo a última a mais extensa, com cerca de dois mil quilômetros. O país possui um clima tropical, com variação de temperatura ao longo do ano e riquezas naturais e minerais imensuráveis, tais como petróleo e ouro.

Antes da independência, o Sudão do Sul teve duas guerras civis que cuja as causas foram as disparidades socioeconômicas e educacionais entre o Centro-norte desenvolvido e o Sul marginalizadas e sem nenhum privilégio. Porém, foram aderidos aos problemas já vivenciados, ao longo dos conflitos, as divergências étnicas e religiosas entre os árabes mulçumanos do Norte e os negros cristãos do Sul (BADAL, 1990).

⁶O secretário-geral da ONU, António Guterres, convidou oficialmente o Brasil a participar da missão de paz na República Centro-Africana (RCA) com 750 militares, em novembro de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-convida-brasil-a-participar-de-missao-de-paz-republica-centro-africana/>, acesso em 17 de maio de 2018.

O segundo conflito entre o Governo do Sudão e o movimento guerrilheiro denominado Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), que tinha como o braço armado o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), estendeu-se entre os anos de 1983 a 2005. Desde 1986, os partidos negociaram em diferentes fóruns e, em 2005, um acordo de paz foi finalmente atingido. Isto proporcionou um período de transição de seis anos e meio (2005 a 2011), durante o qual o Sudão do Sul era uma entidade semiautônoma. As relações entre o SPLM e o Partido do Congresso Nacional em Cartum, capital do Sudão, foram desgastantes. Poucos esperavam que o acordo de paz durasse e uma das contingências foi a falta de coesão interna dentro do movimento rebelde. Com exceção de algumas pequenas rebeliões e deserções, o SPLM conseguiu permanecer unido durante o período intermediário (ROLANDSEN et al, 2015).

Assim, no campo político, embora seja um país recente, o Sudão do Sul tem uma estrutura há décadas, alavancada desde a criação de um dos principais movimentos políticos, que assinou o acordo de paz em 2005, após findar a 2ª Guerra Civil: o Movimento de Libertação do Povo Sudanês. Riak (2013) afirma que o Sudão do Sul é dominado pelo SPLM/SPLA. Os outros partidos políticos são fracos e muitas vezes são reprimidos para não falar sobre questões de governança no país. A sociedade civil é fraca e seus membros são muitas vezes coagidos e torturados para abster-se de falar sobre corrupção do governo. A este respeito, a medição das percepções das pessoas nas ruas é a única maneira possível de obter um senso da prevalência da corrupção.

A Etiópia e Uganda, vizinhos do Sudão do Sul, tiveram um papel relevante na separação e na independência do país, com participação direta na pacificação, com destaque para a Etiópia na missão de paz em Abyei e Uganda em apoio à UNMISS na parte sul.

Buzan e Waever (2003) ratificam que as interações entre os vizinhos podem criar o que pode parecer padrões regionais, mas esses padrões não têm limites óbvios, e eles são mais frequentemente cadeias de eventos discretos, em vez de padrões coordenados de alianças e rivalidades. Assim, por exemplo, Somália e Etiópia, Etiópia e Sudão, Sudão e Uganda, Uganda e Ruanda, Ruanda e Zaire / República Democrática do Congo e Zaire / República Democrática

do Congo e Angola tocaram todas as guerras civis do outro, criando uma cadeia potencial que se estendeu desde o Mar da Arábia para o Atlântico Sul.

Na área psicossocial, segundo o Sudan Household Health Survey (2007, apud Oliveira e Silva, 2011) o Sudão do Sul é um país que já nasceu com alguns dos piores indicadores sociais do mundo e não há infraestrutura de saneamento básico, sendo que apenas 13% da população têm acesso à água tratada e 3,3% contam com água e esgoto encanados. Além disso, cerca de 90% da população vive com menos de um dólar por dia, ou seja, encontra-se abaixo da linha da miséria e o país possui somente três hospitais e um índice de apenas um médico para cada 500 mil habitantes, o que torna o quadro grave.

O Sudão do Sul apresenta o pior índice mundial de mortalidade materna no parto, tendo mais de 2 mil mortes por 100000 nascimentos, e o quadro de mortalidade infantil de 102 óbitos por mil crianças no primeiro ano de vida, o que coloca o país entre os vinte piores do mundo e o pior quando considerada a mortalidade até 5 anos, conforme o Sudan Household Health Survey (2007, apud Oliveira e Silva, 2011).

Buzan e Waever (2003) afirmam que a longa guerra civil, a partir de 1983, e a fome ocorridas no Sudão mataram mais de 2 milhões e deslocaram cerca de 5 milhões de sudaneses para os países vizinhos, como Quênia e Uganda. Diante desta assertiva, as consequências para o Sudão do Sul, dentre outras, foram a degradação das etnias e das crenças na região, bem como a perda da identidade por algumas tribos mais influentes e o arrefecimento da violência em algumas áreas, o que gerou graves problemas de insegurança, o que é ratificado pela assertiva abaixo.

Outra questão problemática para a nova nação refere-se aos conflitos étnicos no território sudanês. Conforme mencionado anteriormente, o Sudão foi dominado culturalmente por uma maioria árabe sunita, cerca de 34 milhões de pessoas, ao passo que, na República do Sudão do Sul se aglutinaram uma mistura étnica de aproximadamente 200 grupos, interdependentes

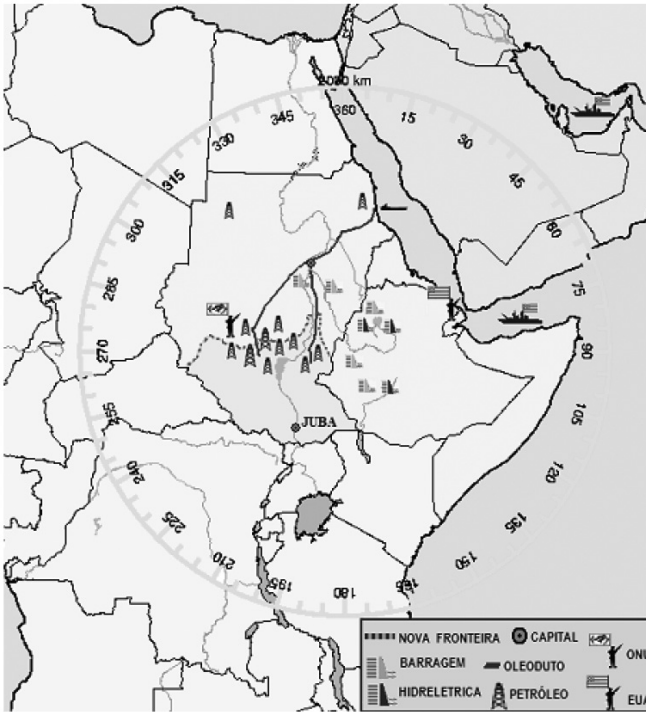
culturalmente, com suas próprias línguas e tradições. Nesse contexto, a etnia Dinka manteve a supremacia do território sulista, especialmente na região de Jonglei a noroeste de Juba, onde a terra é bastante fértil para a criação de gado e em reserva de água. Nos meses seguintes a independência da nova república, os conflitos se intensificaram entre as tribos nômades árabes e os agricultores negros Dinka pelo direito ao acesso dessas riquezas naturais, resultando no deslocamento de milhares de pessoas (SÁNCHEZ, 2011, apud FREITAS, 2013, p.179).

Neste contexto dos conflitos internos emergentes pós-independência, a securitização dos problemas no Sudão do Sul provocou o surgimento de novos exércitos irregulares, milícias e grupos rebeldes em várias localidades.

No campo econômico, segundo Oliveira e Silva (2011) o novo país não conta com praticamente nenhuma infraestrutura mais complexa de transportes, energia ou comunicações, haja vista que as existentes se concentram em Cartum, capital do Sudão. O Sudão do Sul conta com apenas 50 km de estradas pavimentadas em um território de 619 mil km², sendo que a maior parte dos trechos asfaltados se concentra nos arredores de Juba, a capital. Além disso, parte da rarefeita infraestrutura herdada da era colonial acabou destruída ainda na primeira guerra civil do país (1955–1972) e nunca foi reconstruída. O pouco que restou foi destruído durante a segunda guerra civil (1983-2005).

Em contrapartida, Dash (2012) afirma que o Sudão do Sul é o terceiro maior produtor de petróleo da África subsaariana e abriu novos canais de parceria transnacional e de ganhos de exportação na indústria do petróleo, conforme ilustra a figura a seguir. O atual processo de globalização do petróleo, a diversificação da oferta e da demanda, a transnacionalização do processo de exploração, produção e transporte criaram um meio para que os países africanos emergentes utilizassem seus recursos petrolíferos como meios de diplomacia para alcançar sua política externa.

O Sudão e o Sudão do Sul no contexto regional.



Nota: Mapa centralizado no Sudão, mostrando em amarelo os países integrantes da IGAD e em destaque o Sudão do Sul, no contexto do Chifre da África. Editado pelos autores utilizando mapa com projeção azimutal equidistante com escala radial de 250km/cm, centrado na latitude norte, longitude 30 lestes, nas proximidades da nova fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Fonte: Oliveira e Silva (2011)

Os Estados Unidos, há décadas, estão entre os principais exploradores de petróleo na região do Sudão e do Sudão do Sul. Porém, a relação do Governo do Sudão com células terroristas, a insegurança na região, a condenação do presidente do Sudão no Tribunal Penal Internacional e os embargos econômicos impostos ao país, afastaram os investimentos no Sudão e a principal empresa americana, a Chevron, deixou a região antes da assinatura do acordo de paz em 2005.

Neste contexto, quem preencheu o vácuo de poder no país foi, principalmente, a China, que comprou as concessões que eram propriedades das empresas estadunidenses. A empresa canadense Talismã foi a única empresa ocidental que permaneceu explorando petróleo durante os anos 1990, mas ela se retirou em 2003 – abrindo espaço para a Índia – devido às pressões internas contra os abusos de direitos humanos do governo do Sudão e à centralidade das rendas petrolíferas para o governo sudanês (LARGE, 2012). Dessa forma, hoje o cenário petrolífero sul sudanês é liderado por empresas asiáticas e principalmente pela China. As principais empresas são: Dar Petroleum, com 41% das ações pertencentes à Companhia Petrolífera Nacional Chinesa (CPNC), 40% à Petronas, empresa malaia, e ações menores da Sudapet, estatal sudanesa, da SINOPEC chinesa e da Companhia de Holding do Egito e do Kuwait; Companhia de Operações Petrolíferas do Sudd, pertencente conjuntamente a Petronas e a Nilepet, estatal sul-sudanesa; Companhia de Operações Greater Pioneer, com 40% das ações pertencentes à CPNC, 30% à Petronas, 25% à Corporação de Petróleo de Gás Natural, indiana, e 5% à Nilepet. 35% dos lucros petrolíferos vão para as empresas, enquanto os 65% restantes são 98% do orçamento do governo do Sudão do Sul (WASSARA, 2014). A Total, empresa petrolífera francesa, se mantém como a única empresa ocidental no país e atua no estado de Jonglei, mas ainda não foram encontradas reservas petrolíferas em seu bloco de exploração. A política sul sudanesa para a exploração tem sido a obrigatoriedade da presença, ainda que minoritária, da sua estatal nas grandes companhias de exploração e participação de força de trabalho sul sudanesa nelas.

A China tem desenvolvido, desde o estabelecimento das suas relações com os países africanos, mas, sobretudo, a partir dos anos 1990, projetos em diversas áreas. O petróleo e outros recursos naturais representam uma parte importante do investimento de Pequim no continente. A estratégia das grandes potências Ocidentais, frente ao crescimento apresentado por Pequim, de controlar, progressivamente, o acesso da China aos recursos naturais, particularmente na Ásia Central, fez com que o governo chinês se voltasse para os países em desenvolvimento, especialmente na África que, em 2007, possuía aproximadamente 10% das reservas de petróleo mundiais. Nesse sentido, Sudão e Angola – que, nos anos 2000, ultrapassou a Arábia Saudita como maior fornecedor de petróleo para Pequim – estariam entre os parceiros africanos mais importantes, em termos energéticos (VISENTINI, 2014).

No campo militar, desde que o Sudão do Sul votou esmagadoramente para se afastar do Sudão em 2011, a principal preocupação do governo foi obter o fluxo de petróleo após desentendimentos com Cartum, a capital do Sudão, retomada apenas em 2014. A partir daí, houve algumas pequenas rebeliões armadas, confrontos nas fronteiras e roubos de gado na região, mas longe da capital, Juba. Aliado a esta instabilidade, surgiram sinais de fricção dentro do partido governante, SPLM, quando o presidente Salva Kiir, um étnico Dinka - o maior grupo do país, demitiu seu deputado Riek Machar, que é da segunda maior comunidade, o Nuer⁷.

O conflito armado iniciou em dezembro de 2013, quando os soldados leais ao presidente Salva Kiir, a Dinka, e os leais ao ex-vice-presidente Riek Machar, um Nuer, lutaram na capital após meses de crescentes tensões políticas. Em dezembro de 2015, o presidente Kiir dissolveu os 10 estados regionais do Sudão do Sul e criou 28 novos estados, alimentando conflitos em muitas áreas. Este conflito tem apresentado sérios abusos contra civis pelas forças governamentais e pelos combatentes da oposição. Mais 200 mil pessoas foram forçadas a fugir de suas casas, elevando o total de deslocados para 2,4 milhões e aqueles deixados para trás, incluindo pessoas com deficiência, enfrentaram sérios abusos⁸.

Soma-se ao problema o recrutamento por parte do SPLA e outros grupos armados de jovens e crianças para o treinamento militar e o robustecimento da força durante as campanhas da 2ª guerra civil, mostrando total descomprometimento com os instrumentos de direito como a Convenção sobre os Direitos das Crianças das ONU. Somente em 2012, o Sudão do Sul criou um plano de ação para desmobilizar aproximadamente 17.000 crianças associadas a luta armada (ENSOR, 2013), e ainda hoje trabalha em conjunto com as organizações mundiais nas missões de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR).

Analizando a independência do Sudão do Sul e as suas características, é coerente inferir que as diferenças religiosas e étnica entre os povos, a precária infraestrutura básica, as consequências dos longos anos de guerra civil e as divergências econômicas, políticas e militares, aliados a um possível interesse da China, são os principais fatores causadores

⁷ Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-25427965>, acesso em 14 de maio de 2018.

⁸ Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/south-sudan>, acesso em 14 de maio de 2018.

do alarmante resultado⁹ do referendo que resultou na independência do Sudão do Sul e os geradores de fricção que estão influenciando na instabilidade do país, e que afetam diretamente a segurança da população do Sudão do Sul.

Vale ressaltar que, uma possível resolução do conflito armado, reiniciado no país em 2013, não é condição essencial para que os problemas que envolvem a pessoa humana e sua dignidade também se encerrem, podendo cessar o comportamento violento, porém as questões estruturais, políticas, econômicas e sociais permanecerão (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 2005 apud DUARTE, 2016).

A UNMISS E A ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Inicialmente, vale ressaltar, que as dificuldades sofridas pelo povo do Sudão do Sul se enquadram em problemas de segurança que de maneira conceitual diz respeito a algo que precisa ser assegurado como a nação, o Estado, o indivíduo, o grupo étnico, o meio ambiente ou o próprio planeta (BUZAN, 2012).

Segundo Buzan (2012), ainda, a palavra segurança está sempre atrelada a um “conceito hifenizado” e abarcando quatro questões que a estruturam dentro dos estudos de segurança internacional. Uma dessas questões é a sua ligação para além do conceito da segurança militar, assim, aponta para a necessidade de se garantir a mesma prioridade para as problemáticas humanas e para a violência, dando uma visão mais setorial da como a inclusão de aspectos societais, econômicos, ambientais, de saúde, desenvolvimento e gênero.

Nesse mister, enquadra-se a segurança humana, um conceito surgido no relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1994, que defende o ser humano como objeto de referência nas questões de segurança e incluem ameaças crônicas como pobreza, fome, doenças, repressão e outros que ataquem a integridade humana, ou seja, há a mudança da segurança estadocêntrica para a segurança individual. Além disso, significa a proteção contra interrupções súbitas e dolorosas nos padrões de vida diária das pessoas (REDIN; BARBOSA, 2014; PARIS, 2001). Segundo Paris (2001) pode-se dizer que a segurança individual tem as seguintes divisões:

⁹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/feb/07/sudan-referendum-result-confirmed>, acesso em 13 de maio de 2018

[...] identificou sete elementos específicos que compreendem a segurança humana: (1) segurança econômica (por exemplo, liberdade da pobreza); (2) segurança alimentar (por exemplo, acesso a alimentos); (3) segurança da saúde (por exemplo, acesso aos cuidados de saúde e proteção contra doenças); (4) segurança ambiental (por exemplo, proteção de perigos como poluição ambiental e depleção); (5) segurança pessoal (por exemplo, segurança física de coisas como tortura, guerra, ataques criminais, violência doméstica, uso de drogas, suicídio e até acidentes de trânsito); (6) segurança da comunidade (por exemplo, sobrevivência de culturas tradicionais e grupos étnicos, bem como a segurança física desses grupos); e (7) segurança política (por exemplo, gozo de direitos civis e políticos e liberdade de opressão política) (PARIS, 2001, p. 90, tradução nossa).

Por outro lado, temos a questão da segurança internacional, que é mencionada na Carta das Nações Unidas “A unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais” (UN, 1945). Conceitualmente, podemos dividir a segurança internacional em duas vertentes: a realista, na qual o Estado é o centro, sendo o sujeito de direito internacional e dominando a linguagem da política de segurança mantida ao trabalhar dentro dos limites de alguma anarquia, imaginando a segurança como sinônimo de poder; a segunda corrente, na qual se inclui o discurso das comunidades internacionais atualmente, sendo a idealista, que amplia se conceito por considerar a pessoa humana como sujeito de proteção internacional, e orquestrando suas atividades das comunidades de segurança e organizações internacionais (REDIN ;BARBOSA, 2014; ADLER; BARNETT, 1998).

Nessa perspectiva, a ONU, criada em 1945, passa a ser a organização internacional que tenta promover a paz e a segurança internacional, e com seus Estados-Membros se propõe, conforme sua carta: reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos, além de promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais

amplo de liberdade (UN, 1945; ONUBR, 2018).

Retornando para as questões do Sudão do Sul, Hemmer (apud FREITAS, 2014) afirma que, com a divisão do Sudão em dois sistemas políticos soberanos, foram definidos novos parâmetros para a criação de uma missão de paz restrita ao território do Sudão do Sul, cujos interesses estariam voltados principalmente aos objetivos do Estado e a construção da paz na região.

Em 9 de julho de 2011, o Sudão do Sul tornou-se o país mais novo do mundo. O nascimento da República do Sudão do Sul é o ponto culminante de um processo de paz de seis anos que começou com a assinatura do Acordo de Paz Global (CPA) em 2005 (UNMISS, 2011).

No entanto, a existência de vários elementos envolvidos nas mais de três décadas de conflito no Sudão, como o Movimento de Justiça e Igualdade, o Exército de Libertação do Sudão, o Exército/Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLA/M), o subdesenvolvimento, a violência intertribal, a falta de coesão nacional, a deficiência da construção de uma nação, a corrupção endêmica e a falta de infraestrutura básica, bem como a proximidade com os principais pontos problemáticos do continente e as rotas do tráfico ilegal de armas, foram os desafios enfrentados pelo Governo do Sudão do Sul e que resultaram em instabilidade no país, após a separação (OLOUWU, 2011).

Diante disto, após sua independência, a situação enfrentada pelo Sudão do Sul ainda se constituía como uma ameaça à paz e a segurança internacionais na região, o que resultou, nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU, por meio da Resolução 1996/2011 do Conselho de Segurança, que tem a China como membro permanente¹⁰, na Missão das Nações Unidas para a República do Sudão do Sul (UNMISS – sigla em inglês) em 09 de julho de 2011 (UNMISS, 2014), com um período inicial de um ano, mas que poderia ser renovado conforme fosse necessário.

O mandato da UNMISS abrangia três grandes áreas, incluindo-se o apoio à consolidação da paz e a promoção da construção da paz, no longo prazo, para o desenvolvimento econômico na região, mas também, a missão iria apoiar o governo sul sudanês no exercício de suas responsabilidades, especialmente, no âmbito da prevenção, mitigação, resolução de conflitos e na proteção de civis. Por fim, a missão ainda prestaria apoio ao governo em matéria de segurança, estabeleceria o Estado de Direito e o fortalecimento da justiça (UNMISS, 2011 apud FREITAS, 2014). Decidiu-se

¹⁰ Disponível em <http://www.un.org/en/sc/members/>, acesso em 15 de maio de 2018.

ainda que a UNMISS agiria em conformidade com os termos do Capítulo VII, permitindo que a missão tomasse todas as medidas necessárias para a proteção dos civis, bem como seu próprio pessoal e os trabalhadores humanitários, incluindo-se, neste processo, até o uso da força (HEMMER, 2013, apud FREITAS, 2014).

Inicialmente, a UNMISS foi composta por sete mil militares – distribuídos entre oficiais de ligação militares e oficiais de equipe – outras novecentas pessoas – incluindo-se policiais civis, como a formação de unidades apropriadas, e um componente civil apropriado, ou seja, a criação de uma unidade de perícia técnica de investigação para os direitos humanos (UNMISS, 2014).

A atuação da UNMISS tem sido considerada por algumas autoridades sul sudanesas uma ação bastante benéfica, tanto no plano da mitigação como na resolução de conflitos locais, especialmente no que se refere ao seu papel facilitador (HEMMER, 2013, apud FREITAS, 2014). De acordo com sua estratégia de proteção aos civis, a UNMISS se comprometeu em proteger os cidadãos sul sudaneses quando esse Estado for incapaz de realizar essa tarefa ou não quiser fazê-lo, por motivos inerentes a sua dificuldade de se afirmar como país politicamente estável, além das fricções inerentes às questões humanitárias como o deslocamento dos refugiados, a falta de infraestrutura básica, alimentação e água para a população.

Em tais circunstâncias, a missão poderia agir desde o aconselhamento e assistência às forças de segurança do governo do Sudão do Sul até a implantação preventiva de tropas da ONU em áreas de alto risco. Com estas medidas, a missão poderia oferecer refúgio aos civis que eventualmente procurassem proteção nas instalações da UNMISS (HEMMER, 2013, apud FREITAS, 2014).

Para Freitas (2014), no Estado do Jonglei, a UNMISS juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF- sigla em inglês) tem conseguido reintegrar cerca de duzentos crianças que haviam sido raptadas por grupos armados, como o Exército de Resistência do Senhor, de Uganda. Houve uma melhoria considerável nas condições humanitárias dos campos de refugiados, especialmente no que se refere à disponibilidade de água potável e saneamento básico. Os indicadores de nutrição e mortalidade dessa população caíram abaixo do limiar de emergência (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – S/2013/140, 2013). Desde que a missão foi implantada nesses territórios, tem-se observado

uma elevação nos resultados referentes à prevenção de ataques milicianos com a utilização de técnicas de monitoramento e alerta precoce, por meio de patrulhas terrestres e aéreas. Em contrapartida, a UNMISS tem aumentado sua patrulha militar tanto nos Estados de Lakes, Unity e Warrap como nos locais estratégicos do Estado de Jonglei, onde os índices de violência ainda são elevados.

Rolandsen et al (2015) afirma que os países vizinhos, liderados pela Etiópia, aceitaram a responsabilidade no início da organização das negociações e nomearam o diplomata etíope Seyoum Mesfin como presidente do processo de mediação do Intergovernmental Authority on Development (IGAD). Ele é assistido por Lazarus Sumbeiywo, que mediu o acordo de paz de 2005 entre o governo do Sudão e o SPLM. A IGAD é uma instituição composta por oito países e tem sido mais conhecida por seus esforços para garantir a paz no Sudão e na Somália. Não se tornou uma organização multilateral totalmente funcional e continua dependendo de doações de países ocidentais, muitas vezes de forma ad hoc (ROLANSEN ET AL, 2015).

O mecanismo de monitoramento e verificação da IGAD no Sudão do Sul baseou-se no uso da capacidade da Força de proteção da UNMISS - já mandada pelo Conselho de Segurança da ONU. Outras tropas etíopes, quenianas e ruandesas foram desdobradas como parte do reforço da UNMISS e operaram sob o mesmo mandato da ONU, como as demais tropas da UNMISS. No entanto, esta não é uma força capaz de proteger os civis sudaneses do sul ou dissuadir as partes em conflito de cometer atrocidades ou violar acordos (ROLANSEN ET AL, 2015, p. 97, tradução nossa).

Embora ainda haja uma série de fricções, desde 2012, a ONU, por meio da UNMISS e em conjunto com a União Africana e a IGAD, conforme a assertiva acima, tem logrado acordos entre os países, Sudão e Sudão do Sul, e as partes rebeldes que conflitam internamente, como a criação de zona desmilitarizada, o entendimento das questões relativas à economia e ao petróleo, a gestão global das fronteiras que separam os dois estados

sudaneses e as medidas de segurança para cessar hostilidades nas regiões fronteiriças.

UNMISS E FRICÇÕES NA CONSECUÇÃO DO MANDATO

“A fricção, como resolvemos chamá-la, é a força que torna difícil aquilo que aparentemente é fácil” (CLAUSEWITZ, 1984, p.133). Com base nesta definição, o presente subitem aborda conceitos relacionados à fricção e sua aplicação no seio das operações de paz no Sudão do Sul. A UNMISS enfrenta obstáculos de natureza econômica, política, psicossocial e militar, já mencionadas, para o cumprimento do seu mandato.

Watts (1996) sistematizou, a partir da obra clausewitziana, oito elementos principais de fricção: a natureza intrinsecamente perigosa da guerra; as demandas físicas da guerra; a imperfeição da informação na qual a guerra é baseada; a resistência interna à própria força militar; o acaso, cujas consequências os combatentes nunca podem prever; os limites físicos e políticos ao uso da força militar; a incerteza quanto às capacidades do inimigo; e desconexão entre os fins e os meios da guerra (FERREIRA, 2008, p.16).

As características geográficas do Sudão do Sul apresentam obstáculos naturais para o emprego de qualquer tropa que não está ambientada àquela região. No passado recente, um contingente indiano de manutenção da paz militar foi desdobrado como parte da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) no Alto Nilo do Sudão do Sul. A região tem um clima equatorial, com altas temperaturas, alta precipitação e umidade muito alta. O rio Nilo Branco é a característica geográfica pré-dominante do Sudão do Sul e a maioria dos assentamentos estão agrupados em torno desta fonte de água. A região tem solo argiloso e, durante a estação chuvosa, há um grave problema de esgoto e escorregadio. O conflito afetou as áreas do Sudão do Sul com saneamento pobre, falta de água potável e condições de vida superlotadas estão em maior risco de doenças transmitidas pela água, como cólera (WHO, 2005, apud HAZRA, 2013).

O país é incipiente no que se refere a sua estrutura política-administrativa. Desde a sua independência de 9 de julho de 2011, o Sudão do Sul vem experimentando um processo de construção estatal muito rápido e bastante caótico. Novos ministérios, departamentos, comissões, legislação e outras iniciativas oficiais estão sendo estabelecidos e restabelecidos, nomeados, renomeados, cancelados e substituídos por outras versões - como o novo governo esforça-se para solidificar sua legitimidade nascente. Distorções significativas são evidentes na forma como as crianças são tratadas nos vários sistemas jurídicos (direitos consuetudinários, domésticos, internacionais e humanos) existentes no Sudão do Sul (ENSOR 2013).

Além disto, para Riak (2013), a corrupção é reconhecida como o maior impedimento para o desenvolvimento. Embora não haja um significado acordado de corrupção, há evidências crescentes do impacto prejudicial da corrupção no bem-estar econômico e social até os dias de hoje.

Rolandsen et al (2015) afirmam que durante a primavera de 2014, um mecanismo de monitoramento e verificação da Intergovernmental Authority on Development (IGAD), apoiado por uma Força de Proteção e Determinação (PDF) da África Oriental, estava em andamento. A IGAD e seus membros não avançaram o financiamento para esta iniciativa e esperavam que órgãos e organizações internacionais oferecessem suporte técnico e logístico. A União Africana teve pouco ou nenhum recurso para contribuir; o Conselho de Segurança da ONU não financiaria uma força que não tivesse mandato, e os países do Ocidente mostraram-se relutantes em se comprometer plenamente com o conceito, o que dificultou o emprego de forças militares na região para monitorar a situação de segurança.

Ademais, outro obstáculo para as negociações da IGAD é o envolvimento de alguns países membros no conflito. Uganda e Sudão são especialmente problemáticos. A pedido do governo do Sudão do Sul, e tacitamente tolerado por outros países vizinhos, as forças ugandesas foram enviadas para ajudar na proteção das infraestruturas e na prevenção da escalada do conflito. No entanto, estas forças também participaram ativamente de operações militares contra o SPLM/A (Sudan People Liberation Movement/Army). O último tem repetidamente pedido a retirada das forças ugandesas, cuja presença continua violando o acordo de cessação de hostilidades. Em fevereiro de 2014, a Uganda concordou com a remoção gradual de suas tropas do Sudão do Sul, mas apenas após a

implantação de uma força de emergência combinada em África. Assim, os ugandeses permanecem, com um mandato não divulgado (ROLANDSEN ET AL, 2015, p.97).

Ainda em relação à segurança, especialmente a atuação de grupos armados no sul, Oliveira e Silva (2011) destacam que graças às deficiências em infraestrutura básica no Sudão, o governo federal nunca conseguiu derrotá-los, entre outros motivos, pela inviabilidade de enviar e abastecer contingentes expressivos de forças militares através de um país que possuía praticamente o tamanho da Argentina, mas sem estradas que o integrassem. Isto tornava impossível a utilização e sustentação logística de forças de infantaria mecanizada (como veículos blindados), já que não existiam estradas que ligassem o centro do país à região sul por onde pudessem transitar e serem abastecidos. O mesmo problema é enfrentado hoje por Cartum para resolver o conflito em Darfur, região esta que o governo federal definitivamente não controla, tampouco possui capacidade para impor lei e ordem, nem mesmo para impedir que grupos locais lutem entre si.

A questão mais problemática para a nova nação, na área psicossocial, refere-se aos conflitos étnicos no território sudanês. O Sudão foi dominado culturalmente por uma maioria árabe sunita, cerca de 34 milhões de pessoas, ao passo que, na República do Sudão do Sul aglutinaram-se uma mistura étnica de aproximadamente duzentos grupos, interdependentes culturalmente, com suas próprias línguas e tradições. Neste contexto, a etnia Dinka, do atual presidente Salva Kiir Mayardit, manteve a supremacia do território sulista, especialmente na região de Jonglei a noroeste de Juba, onde a terra é bastante fértil para a criação de gado e em reserva de água. Nos meses seguintes a independência da nova república, os conflitos se intensificaram entre as tribos nômades árabes e os agricultores negros Dinka pelo direito ao acesso dessas riquezas naturais, resultando no deslocamento de milhares de pessoas (SÁNCHEZ, 2011, p. 04-05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sudão do Sul é o país independente mais recente do mundo que acumula uma série de tensões que dificultam o seu desenvolvimento. Os conflitos étnicos provocam insegurança e geram consequências

humanitárias gravíssimas com o fluxo de refugiados e deslocados internamente, provocando alarmante incremento do índice de pobreza e de fome no país. Ser um novo Estado requer enfrentar desafios de ordem social, econômica, militar e política, ainda mais na África, por seu histórico de partilha e colonização.

Cabe ressaltar que a China, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, tem uma estreita relação com o Sudão do Sul e pode ser considerado um ator aliado deste país, junto às Nações Unidas, para a resolução dos seus conflitos. Isto é ratificado pelo fato que a China enviou os seus pacificadores para o Sudão do Sul como parte da missão da ONU em setembro de 2014 e o contingente atual de forças da paz da China naquele país é aproximadamente de 800 militares¹¹, o que evidencia o interesse chinês na resolução dos conflitos internos do Sudão do Sul, visto também a sua força econômica.

“ A segurança humana refere-se à segurança diária dos indivíduos e das comunidades em que vivem, e não a segurança dos estados e das fronteiras; trata-se da segurança dos afegãos e dos americanos e europeus, não apenas da segurança dos Estados Unidos ou da Europa” (KALDOR, 2011, p.4, tradução nossa). Esta assertiva retrata a importância da pacificação do Sudão do Sul para os organismos internacionais e regionais, evidenciado pelas ações de assistência humanitária, coordenada pela ONU, IGAD e União Africana, no recente país.

Paris (2001) afirma que a segurança humana tem sido descrita como muitas coisas diferentes: um grito de reunião, uma campanha política, um conjunto de crenças sobre as fontes de conflito violento, uma nova conceituação de segurança e um guia para formuladores de políticas e pesquisadores acadêmicos.

Neste contexto, cabe ressaltar que a segurança humana no Sudão do Sul encontra-se ameaçada devido à complexidade de seus problemas. Ademais, as décadas dispendidas nas guerras civis estagnaram o desenvolvimento da infraestrutura do país, dificultando o seu desenvolvimento e a sua estruturação política-administrativa, bem como econômica.

Segundo Lima et al (2017), as operações de paz produzem grande visibilidade e mobilizam financiamento contínuo da comunidade internacional. A coordenação de diferentes atores e fluxos de financiamento,

¹¹ Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201607125576674-Sudao-China-Occidente/>, acesso em 15 de maio de 2018.

o uso da força e os princípios de paz, soberania e democracia não necessariamente são compartilhados pelos atores sociais dos países onde as missões se instalam, gerando desafios importantes a seus agentes na implementação.

Com isto, a ONU, por meio da UNMISS, apresenta-se como solução ao desenvolvimento deste novo país, ante as suas complexas particularidades, juntamente com os demais atores estatais, não estatais e supranacionais, como a União Africana, que possui grande relevância na resolução dos seus conflitos internos, contribuindo para a manutenção da segurança e da paz e o desenvolvimento socioeconômico do Sudão do Sul.

Ao Brasil, é de suma importância estudar os problemas dos países africanos, em especial aqueles que são vizinhos a República Centro Africana, como o Sudão do Sul, a fim de conhecer os diversos problemas sociais, políticos, econômicos e militares, que afetam aquele jovem país e que podem ser semelhantes aos existentes na República Centro Africana, possível país a acolher as tropas brasileiras em missão de paz.

Por fim, conforme cita Clausewitz (1984, p.132), “a fricção é o único conceito que contém mais ou menos os fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel”. Ele é sintetizado por inúmeros incidentes imprevisíveis de pequena importância, que se combinam e reduzem o nível geral de desempenho, podendo ser, todavia, superados por uma força de vontade férrea. Destarte, neste caminho, a UNMISS tem, por meio do seu mandato, cumprido as suas tarefas no apoio à população sudanesa do sul, enfrentando dificuldades que não a impossibilitam de buscar a manutenção da paz e o fim dos conflitos naquela jovem nação.

UNITED NATIONS IN THE AFRICAN CONTINENT: A THINKING ON THE HUMANITARIAN CHALLENGES IN SOUTH SUDAN

ABSTRACT

The UN is an intergovernmental organization which was created to promote international cooperation and to provide humanitarian assistance to countries which has been suffering from economic, social and political problems of internal conflict or civil war. South Sudan is the newest independent country in the world and achieved its political objective in 2011. However, due to the region's history, the country has serious problems that hamper its development, of a military, economic, social and political nature, which have been since before its independence and which persist until the present day. The United Nations Mission in Southern Sudan (UNMISS) has supported humanitarian assistance in that complex country, with its immensurable natural and mineral resources, as well as large numbers of refugees and internally displaced persons. Therefore, the paper analyses the complex role of the UN in South Sudan, the frictions which are faced by UNMISS and the particularities of that country. This paper presents an updated case study regarding the performance of an international organization in a country that is close to a humanitarian catastrophe and which has one of the largest energy reserves in Africa.

Keywords: UN, Humanitarian Assistance, South Sudan

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A.E. China in Africa, Viewed from Brazil. *The Journal of Asian Studies*. v.74, issue 2, p. 257-267, 2015.

ADLER, E; BARNETT, M. Security communities in theoretical perspective. In: ADLER, E; BARNETT, M. *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. *Brasiliana – Journal for brazilian studies*, v.3, n.2, mar.2015.

ALTON, Holly J. Burkhalter FRYE; KANTER., Arnold. Humanitarian Intervention. *Crafting a Workable Doctrine*. Three Options Presented as Memoranda to the President. Council on foreign Relations, New York. 2000.

BADAL, R.K. Religion and Conflict in the Sudan: a Perspective. Department of Political Science, University of Sudan. *Bulletin of Peace Proposals*. v.21, n.3, p. 263-272, 1990.

BASEDAU, M.; KOOS, C. When Do Religious Leaders Support Faith-Based Violence? Evidence from a Survey Poll in South Sudan. *Political Research Quarterly*, University of Utah. v. 68, n.4, p. 760–772, 2015.

BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and Powers The Structure of International Security*. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge University Press. ISBN – I3 978-0-511-07663-3, 2003.

BUZAN, B.; HANSEN, L. *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CARUSO,R.; KHADKA, P.; PETRARCA, I.; RICCIUTI, R. The economic impact of peacekeeping. Evidence from South Sudan. *Defence and Peace Economics*, 2016.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. 1984. Versão em português disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CRUZ, M. V. A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC) 2010. Tese (Doutorado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

DASH, S. 'Sudan's Oil Diplomacy: 1991-2003'. *Insight on Africa*, African Studies Association of India, New Delhi. v. 4, n.1, p.87-94, 2012.

DUARTE, G. R. O papel da ONU no conflito do Saara Ocidental. *Revista Conjuntura Austral*. v. 7, n. 33-34, p. 4-10, dez. 2015 – mar. 2016.

ENSOR, M.O. Participation under Fire: dilemmas of reintegrating child soldiers involved in South Sudan's armed conflict. *Global Studies of Childhood*. v.3, n.2, p. 153-162, 2013.

_____.Heirs of the world's newest nation: Contrasting rhetoric and realities of children as citizens and nation-builders in South Sudan. *Global Studies of Childhood*. v.5, n.1, p. 47-58, 2015.

FERREIRA, Thiago B. *Empresas Militares Privadas: Falta De Controle Estatal Ou Gestão Eficiente Do Atrito?*. Rio Grande do Sul, 2008. Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREITAS, J.S. Cruzando as Fronteiras: causas e consequências dos refugiados no Sudão do Sul. *Revista Política Hoje da Universidade Federal de Pernambuco – 2ª Edição*. v. 22, p. 171-187, 2013.

_____.O papel das Nações Unidas (ONU) e da União Africana (UA) na mediação do processo de independência do Sudão do Sul (2005-2012). 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GARCIA, N. A. *La UNMIS en Sudán del Sur: Retos y dilemas*. Institute of Studies on Conflicts and Humanitarian Action (IECHA). v.5, 2010.

HAZRA, A. Challenges in setting up a potable water supply system in United Nations peacekeeping mission: The South Sudan experience. *International Journal of Hygiene and Environmental Health*. v. 216, p.88-90, 2013.

HEMMER, Jort. 'We are laying the groundwork for our failure': The UM Mission in South Sudan and its civilian protection strategy – an early assessment. Clingendael Institute: CRU Policy Brief, n. 25, 2013.

KENKEL, K.M. Five generations of peace operations: from the thin blue line to painting a country blue. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, 2013, p. 122-143.

KALDOR, M. Human Security in Complex Operations. *Prism* 2, n. 2, 2011.

LARGE, D. The International Presence in Sudan. In: RYLE, J. (org.). *The Sudan Handbook*. London, Rift Valley Institute, 2012.

LIMA, M.R.S.; MILANI, C.R.S.; DUARTE, R.S.; ALBUQUERQUE, M.R.A.; ACÁCIO, I.D.P.; CARVALHO, T.C.; MEDEIROS, J.; NOVACEK, N.; COSTA, M.G.; COSTA, H.B.; LEMOS, J.P. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. 1ª Ed. CLACSO - Latitude Sul. Rio de Janeiro, 2017.

MADIBBO, A.I. Conflict and the conceptions of identities in the Sudan. *Current Sociology of University of Calgary, Canada*. v.60, n.3, p.302–319, 2012.

MCMICHAEL, G. Land conflict and informal settlements in Juba, South Sudan. *Urban Studies of University of Manchester, UK*. v. 53, n.13, p. 2721–2737, 2016.

MUGO, N.; ZWI, A.B.; BOTFIELD, J.R.; STEINER, C. Maternal and Child Health in South Sudan: Priorities for the Post-2015 Agenda. *SAGE Open*. p-1-14, 2015.

OLIVEIRA, L., K.; SILVA, I., C. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. *Journal of Global Studies Meridiano* 47. v. 12, n. 128, p. 25-35, 2011.

OLOWU, D. Southern Sudan beyond Self-Determination Lessons, Challenges and Prospects. *India Quarterly, SAGE*. v. 67, n.4, p. 291–306, 2011.

ONUBR. Países-Membros da ONU. 2018. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

PARIS, R. Human Security: Paradigm Shift or Hot Air? *International Security*, v. 26, n. 2, p. 87-102, 2001.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Tradução de João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2013.

REDIN, G.; BARBOSA, J. G. Da Segurança Internacional à Segurança Humana: Implicações do instituto jurídico do Refúgio e o caso da política externa bilateral Brasil – Haiti na questão migratória. Boletim Meridiano 47. v. 15, n. 141, p. 10-17, jan.-fev. 2014.

REGIS, A. ONU e Intervenções Humanitárias num contexto anárquico-realista. Revista Verba Iuris. n. 6, p. 219-236, jan./dez. 2007.

RIAK, M.M. Reversing the Trend of Corruption in South Sudan, Is Rwanda a Suitable Model? Journal of Developing Societies, SAGE. v. 29, n.4, p. 487-501, 2013.

ROLANDSEN, O.; GLOMNES, H.M.; MANOELI, S.; NICOLAISEN, F. A year of South Sudan's third civil war. International Area Studies Review. v. 18, n.1, p. 87-104, 2015.

SARAIVA, J.F.S. A África no século XXI : um ensaio acadêmico. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília : FUNAG, 2015.

SHHS (2007) Sudan Household Health Survey 2006. Ministry of Health of Sudan, Government of Southern Sudan (MOH-GOSS) and Southern Sudan Commission for Census, Statistics and Evaluation (SSCCSE). <<http://www.bsf-south-sudan.org/sites/default/files/SHHS.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2017.

UN – UNITED NATIONS. Charter of the United Nations. 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>>. Acesso em: 06 nov 2017.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/2013/140. Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in South Sudan. 2013. Disponível em:< http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2013_140.pdf . Acesso em: 06 nov 2017.

UNMISS – UNITED NATIONS MISSION IN THE REPUBLIC OF SOUTH SUDAN. 2011. Disponível em:<<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiss/>> Acesso em: 05 out. 2017.

VILLIERS, B. Federalism in South Sudan—Options for Power Sharing in the Permanent Constitution. *Journal of Asian and African Studies*. v. 49, n.6, p. 654–671, 2014.

VISENTINI, P.F.; MIGON, E.G.; PEREIRA, A.D. (Org.). A (in) segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais. 1ª edição, 2016.

VISENTINI, P.F. África e as Potências emergentes: o Sul e a Cooperação Profana. *Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.3, n.5, p. 41-68, Jan-Jun. 2014.

WALKER, M. A dinâmica construtivista da missão das nações unidas no Sudão (UNMIS). *Revista Política Hoje da Universidade Federal de Pernambuco*. v. 25, n. 2, p. 235-264, 2016.

WASSARA, S. S. Consequences of Referendum in Southern Sudan for Sudan, Horn of Africa and Neighbouring Regions. In: WASSARA, S. S; AL-ABDIN, A. Z (org.). *PostReferendum Sudan: National and Regional Questions*. Dakar, CODESRIA, 2014.

WATTS, Barry D. Clausewitzian Friction and Future War. In: *McNair Paper 52*. Washington: Institute for National Strategic Studies, 1996.

WENPING, He. The Balancing Act of China's Africa Policy. *China Security*. v. 3, n.3, 2007.

WHO (World Health Organisation). *Infectious Disease Risk Profile for Sudan* <http://www.emro.who.int/sudan>, 2005.

Recebido em: 22/01/2018

Aceito em : 25/04/2018

